

SARTRE

E A QUESTÃO DA MEMÓRIA: ENTRE A RECORDAÇÃO E A ESCOLHA

MARCELO VINICIUS MIRANDA BARROS¹

MALCOM GUIMARÃES RODRIGUES²

RESUMO: A filosofia de Jean-Paul Sartre assume a consciência como princípio e que nada existe dentro da consciência, já que ela é intencionalidade, ou seja, que a consciência é sempre consciência de alguma coisa. Assim, como se pode discorrer sobre a lembrança, se esta não está guardada em lugar nenhum, já que não há uma instância psíquica? Procura-se, então, analisar a noção de memória em Sartre a partir da compreensão dos conceitos sartreanos, consciência irrefletida e reflexiva, posicional e não posicional, buscando examinar os elementos do seu sistema filosófico que possibilitem construir a noção de memória.

PALAVRAS-CHAVE: Sartre. Memória. Recordação. Imaginação. Consciência.

INTRODUÇÃO

Para o filósofo existencialista Jean-Paul Sartre, a consciência não pode ser uma instância psíquica ou coisa que o valha. A respeito disso fazemos, então, nossas as palavras de Sartre:

De fato, pela distinção entre o “Id” e o “Eu”, Freud cindiu em dois a massa psíquica. *Sou* eu, mas não sou o “Id”. Não tenho posição privilegiada com relação a meu psiquismo não consciente. *Sou* meus próprios fenômenos psíquicos, na medida em que os constato em sua realidade consciente [...] Mas não *sou* esses fatos psíquicos na medida em que os recebo passivamente e sou obrigado a erguer hi-

póteses sobre sua origem e verdadeira significação (SARTRE, 2012, p. 96).

Ou seja, a consciência, para Sartre, não é aquela como a de Freud, por exemplo, ela não é algo, não é uma coisa ou substância; a consciência só existe na relação com o objeto. Por isso, advindo da concepção filosófica de Husserl, o filósofo considera que toda consciência é sempre consciência *de* alguma coisa (intencionalidade). Não existe nada *dentro* da consciência, pois ela se volta para “fora”: os fenômenos psíquicos, as

emoções, a casa, a mesa etc. Com outras palavras: ao ver ou ao imaginar uma mesa, não há a tal mesa na consciência, há consciência *de* mesa. Assim, Sartre se afasta do entendimento de que a consciência era uma espécie de arcabouço de conteúdos mentais ou uma substância psíquica³.

Em “A Imaginação” (2008), Sartre afirma que dar à imagem um conteúdo sensível é fazer dela uma coisa obediente às leis das coisas e não às leis da consciência; tira-se assim toda a possibilidade de distingui-la das outras coisas do mundo. Torna-se, ao mesmo tempo, impossível conceber, seja de que maneira for, a relação dessa coisa com o pensamento (SARTRE, 2008). Isso é uma questão fundamental na filosofia de Sartre, porque toca em um dos conceitos pilares do seu pensamento: a liberdade ou a escolha, que é bem desenvolvido em sua outra obra posterior: “O Ser e O Nada” (2012). Portanto, é preciso clarear mais sobre a liberdade sartriana, antes de darmos continuidade ao nosso tema, já que a liberdade/escolha será essencial para as nossas análises futuras neste texto.

Ao comentarmos sobre liberdade em Sartre, não nos remetemos àquela do senso popular, pois estamos a tecer sobre um conceito próprio do existencialismo sartriano. O filósofo afirma que a liberdade que ele comenta não é um capricho e não é “fazer o que se quer”. A liberdade de Sartre é sempre em situação, com a presença da facticidade, não negando os fatos e os limites do ser humano, mas sem que a facticidade o determine mecanicamente, já que é pela realidade humana (consciência) que tal facticidade recebe um sentido (SARTRE, 2012). Além disso, posso escolher o que quiser, mas conquistar a tal escolha não é uma garantia, ou seja:

a discussão que opõe senso comum aos filósofos vem aqui de um mal-entendido: o conceito empírico e popular de liberdade, produto de circunstâncias históricas, políticas e morais, equivale à faculdade de obter os fins escolhidos. O conceito técnico e filosófico de liberdade, o único que consideramos

aqui, significa somente: “autonomia de escolha” (Sartre 1943, p. 563).

Outra afirmação mais categórica de Sartre a respeito da liberdade nos mostra o quão é equivocada a ideia de liberdade sartriana como mero capricho, pois ela se depara com a facticidade (que são os fatos ou o Em-si, como nascer no Brasil, por exemplo). Nesse sentido, ele diz:

mas, longe de ser originariamente esse resíduo um limite da liberdade, esta surge como liberdade graças a ele – ou seja, graças ao Em-si em bruto, enquanto tal. O senso comum, com efeito, concordará conosco: o ser dito livre é aquele que pode realizar seus projetos. Mas, para que o ato possa comportar uma realização, é preciso que a simples projeção de um fim possível se distinga a priori da realização deste fim. Se bastasse conceber para realizar, estaria eu mergulhado em um mundo semelhante ao do sonho, no qual o possível não se distingue de forma alguma do real (SARTRE, 2012, p. 594).

No “O Ser e O Nada” Sartre afirma que a liberdade é situada: “[...] é o que denominaremos *situação*. Tal situação reflete ao mesmo tempo minha facticidade e minha liberdade” (SARTRE, 2012, p. 335). Em suma, “não há liberdade a não ser em *situação*, e não há *situação* a não ser pela liberdade” (SARTRE, 2012, p. 602). E que “a situação é o sujeito inteiro (ele não é *nada* mais do que sua situação)” (SARTRE, 2012, p. 672). Cabe salientar ainda que a Facticidade e a Transcendência⁴ são importantes para que a liberdade exista ou para que a consciência seja livre (a rigor, a consciência é a própria liberdade). Na verdade, transcendência e facticidade, que é *uma condição*, são a *situação* (SARTRE, 2012). Dito de outra forma, “o Para-si [consciência] é livre, mas *em condição*, e é essa relação entre a condição e a liberdade que queremos precisar com o nome de situação” (SARTRE, 2012, p. 637).

Portanto, é preciso cuidado para não se estabelecer certas afirmações, como dar à imagem um conteúdo sensível, já que, assim, como dito,

a consciência não se diferenciaria desse mundo, ela deixaria de seguir leis próprias para seguir as leis do mundo, e não teríamos, então, a liberdade sartriana (SARTRE, 2012).

Por isso, a imagem só pode, então, entrar na corrente da consciência se for ela própria síntese e não elemento. Não pode haver imagens dentro da consciência. Mas a imagem é um certo tipo de consciência. A imagem é um ato e não uma coisa. A imagem é consciência *de* alguma coisa (SARTRE, 2008). Sartre considera a imagem com essas características, porque, no decorrer de sua filosofia, não é possível conceber uma espécie de inconsciente em nenhum momento, onde as imagens e lembranças poderiam brotar à consciência (SARTRE, 2012).

Para Sartre não é possível considerar que as lembranças surjam de uma instância psíquica, seja qual for, porque todo ser da consciência é consciência do ser ou é intencional. Portanto, quando pensamos em memória, não podemos pensar em recordações “dentro” de uma espécie de gaveta (SARTRE, 2012), pois, como visto, não existe nada *dentro* da consciência, ela é pura intencionalidade.

Assim, já que a filosofia de Sartre assume a consciência como princípio e que nada existe dentro da consciência, já que ela é intencionalidade, ou seja, que a consciência é sempre consciência *de* alguma coisa e lançada no mundo, ficam as dúvidas: como é possível a imagem na recordação? Se dissermos que a imagem está na experiência de vida, onde está a experiência passada, se a consciência é um nada? Como se posiciona uma lembrança na consciência, de maneira a termos conhecimento dela, se tal lembrança não está guardada em lugar nenhum, já que não há uma instância psíquica? Se não há um reservatório de lembranças, a lembrança, quando não é conhecimento ou lembrada, fica então *não posicional* à consciência reflexiva/conhecimento? Temos para sempre uma *intencionalidade* da consciência irrefletida, tendo

como objeto a tal lembrança? Enfim, o problema que nos suscita é examinar os elementos do sistema filosófico sartriano que possibilitem construir a noção de memória, ou seja, considerando os objetivos e a maneira peculiar de escrita do filósofo, buscaremos compreender se o desenvolvimento da filosofia sartriana não “malogrou” em suas metas a respeito das lembranças, já que estas são muito consideradas em diversas filosofias, psicologias e psicanálises. Em suma, conferir se há uma consistência interna na filosofia sartriana a respeito das memórias/recordações.

A IMAGINAÇÃO

Iniciamos a análise do problema da recordação com a obra do filósofo Sartre “A Imaginação” (2008). Nessa obra o filósofo faz um exame importante sobre a imaginação e de que modo ela poderia surgir. Ele fala que a ideia de um inconsciente se fez necessária para uma época de estudo em que não se sabia como poderiam surgir as imaginações, as recordações e/ou as memórias, pois nada desses processamentos ocorre no campo da consciência-conhecimento. Se nenhum dos fatores estudados sobre a memória (imaginação, lembrança e/ou recordação) não aparecia à consciência, recorrer ao um inconsciente era plausível para certos pesquisadores. E aqui Sartre vai considerar os estudos do psicólogo francês Théodule-Armand Ribot, ao dizer que “na verdade, era indispensável que Ribot recorresse ao inconsciente, pois nenhum dos fatores que ele considera aparece à consciência” (SARTRE, 2008, p. 39). Ou seja, segundo Sartre, em uma determinada época não se sabia dos processos de associações, de combinações novas, dos mecanismos de “resgates” de lembranças, tendendo a compreender que as imagens, sejam de recordações ou associações mentais, surgiam, de repente, e se davam de imediato pelo o que elas são (SARTRE, 2008).

Dessa forma, a suposição é que todo esse trabalho deve acontecer fora da consciência, pois nenhum processo, como associação, dissociação ou combinações novas, aparece para o ser humano. Mas, Sartre discorre que “todo esse mecanismo criador é uma pura hipótese” (SARTRE, 2008, p. 40). Ao considerar o inconsciente, que, segundo a tese psicológica, é incognoscível ao ser humano, pela própria natureza do inconsciente ser diferente do consciente, para Sartre, o Ribot, com a sua psicologia da análise, limita-se a complicar as deduções abstratas (SARTRE, 2008).

Sartre, ao considerar a consciência como intencionalidade (toda consciência é consciência *de* alguma coisa), sempre vai descartar qualquer conceito de inconsciente, como em Ribot. Por os processos da psique não estarem em conformidade com a lógica/razão, para Ribot, houve, então, a necessidade de um inconsciente; já para Sartre, houve a necessidade de uma consciência irrefletida, pois o filósofo está interessado em uma ontologia da consciência em situação, ao invés de um inconsciente. Por isso, a filosofia existencial de Sartre conceitua a consciência irrefletida, que não é análoga ao inconsciente, e que, embora seja uma consciência que não necessariamente nos proporcione conhecimento, se encontra em sua perfeita translucidez⁵, podendo gerar conhecimento. Além do mais, nem toda consciência é conhecimento, “há consciências afetivas, por exemplo” (SARTRE, 2012, p. 22).

Portanto, a ideia de inconsciente é realmente necessária para a possibilidade da recordação? Tentando responder a essas perguntas, segundo Sartre, o filósofo Bergson afirma que, para que a imagem reapareça, para que haja recordação, a consciência precisa inserir-se no corpo, “é uma encarnação no corpo e em seus mecanismos motores de lembrança pura, inativa, não percebida, que existia no inconsciente” (SARTRE, 2008, p. 49). Em decorrência disso, pelo viés

de Sartre, Bergson insiste no trabalho do movimento corpóreo, já que toda imagem (visual, auditiva) é sempre acompanhada de criação de esquemas motores. O que se compreende por meio de Sartre é que, para Bergson, a imagem aparecia como uma construção presente ou uma ação que é definida no presente em razão do movimento do corpo. Contudo, nessa perspectiva, se criam problemas, pois,

primeiro, nada distinguiria a imagem da percepção, que é igualmente uma atitude presente, e a imagem seria, como a percepção, ação e não conhecimento; segundo, a imagem não seria uma lembrança, mas uma criação nova que responda às atitudes sempre novas do corpo (SARTRE, 2008, p. 50).

Ou seja, não se pode discorrer sobre a lembrança quando esta é constituída no presente, porque a percepção também é uma ação presente, dificultando o que seria imaginação ou percepção, o que seria “ficção” ou “realidade”. O que se percebe, segundo Sartre, é que a teoria de Bergson não fornece uma distinção adequada entre percepção e imagem, e no final das contas acaba por tratá-las como sendo a mesma coisa, ou, para usarmos os termos sartrianos, haveria uma percepção sem a presença da coisa. Em-si (objetos, coisas do mundo, o que possui uma essência, para o existencialismo sartriano), no mundo externo, por exemplo, o que não tem fundamento para o filósofo existencial.

Sartre afirma que a representação que nasce de uma ação corporal, agora, diante de um objeto, se qualifica somente como percepção. Portanto, a percepção trabalha com objetos do presente, enquanto a lembrança trabalha com objetos vividos não no presente, apesar de que a lembrança atua também no presente, ou seja, a representação que nasce da atitude corporal diante de um objeto se chama *percepção*: “a lembrança possui uma consciência *sui generis* que lhe permite estar *presente* como lembrança,

enquanto a percepção está *presente* como percepção” (SARTRE, 2008, p. 50).

O filósofo vai afirmar também que existe uma segunda teoria da imagem em Bergson, na qual se coloca o corpo como não agente. A lembrança, agora, não é apenas consciente como presente, mas também como passado. Então, a lembrança, na atualidade, já não é mais definida pelo corpo. Nesse caso, o corpo perde a sua utilidade em relação à lembrança; o corpo agora só é uma questão que não impede da lembrança aparecer. A lembrança não é, como na outra teoria de Bergson, inserida no corpo. O corpo agora precisa, de certa forma, ser anulado ou suprimido em certo grau, para que a lembrança venha à tona na consciência. Sartre faz dessa teoria uma analogia do corpo ao dormir, ao dizer que o corpo é suprimido “como acontece no sono quando a tensão do sistema nervoso diminui” (SARTRE, 2008, p.50). Com outras palavras, com uma espécie de “anulação” do corpo, ou diminuição de sua tensão, deixando o corpo de ser um agente ativo, faz com que a lembrança venha à tona; é como ao dormir: o sonho mostra a riqueza de imagens que podem acontecer com a diminuição ativa fisiológica. Só que nessa outra teoria de Bergson surge mais um problema, segundo Sartre:

se a consciência, de acordo com essa segunda teoria, está diretamente ligada ao espírito, o poder que o corpo possui de desviar a consciência do espírito, de fazê-la aderir à ação, torna-se impensável; não se compreende mais em absoluto o que impede as imagens-lembranças de serem perpetuamente conscientes (SARTRE, 2008, p. 51).

Fica claro, para Sartre, que a teoria de Bergson é insuficiente, ou seja, a concepção bergsoniana não traz uma solução satisfatória para o problema da imagem, até porque, para o existencialista francês, a consciência é sempre ativa: intencionalidade. Além disso, há outra crítica: se o corpo não tem mais uma participação ativa,

fica insuficiente por não conceber satisfatoriamente o que impede as imagens-lembranças serem continuamente algo consciente, algo sem cessar. Por outro lado, se o corpo é ativo, como visto, então, nada distinguiria a imagem da percepção, que é igualmente uma atitude presente; a imagem, ainda, não seria uma lembrança, mas uma criação nova que responde às atitudes sempre novas do corpo. Desse modo, como compreendido, discernir o que é lembrança ou percepção seria difícil.

Sartre ainda continua a questionar sobre a teoria da memória de Bergson com questões como: quando se insere uma lembrança no corpo? O que determina essa inserção? Uma espécie de força que pertence a tal lembrança? Por isso, Sartre vai afirmar que, de modo geral, atribuir a elementos descontínuos, a conteúdo de consciência que inicialmente foram separadas “com cuidado da consciência total, uma atividade concebida segundo o modelo da atividade espiritual é expor-se a fazer intervir noções físico-mágicas perfeitamente impensáveis” (SARTRE, 2008, p. 52). Essas são as questões básicas à Bergson que Sartre procura fazer. Então, como se explica, pela filosofia sartriana, as recordações, imagens ou lembranças? É preciso continuar com outras questões do filósofo existencialista, procurar entender as suas premissas e avaliar até que ponto elas são suficientes.

Sartre questiona a teoria da recordação, quando é considerada como um “buscar” de algo em algum “lugar”. Não há um inconsciente em que a consciência “busque” essas imagens. Se toda consciência é consciência *de* alguma coisa, “pode-se formar uma consciência por ocasião de um conteúdo sensível, mas não se pode agir pela consciência sobre esse conteúdo sensível, isto é, tirá-lo do nada – ou do inconsciente – ou enviá-lo de volta ao nada” (SARTRE, 2008, p. 108). O Para-si⁶ não move ou modifica o Em-si, senão, estaria evidenciando-se um idealismo, que a filosofia sartriana tanto

combate. A consciência precisa do fenômeno para ser consciente *de...* Mas ela não modifica esse fenômeno.

Por essa razão, Sartre vai concluir que, de fato, a imagem é imagem *de* alguma coisa: consciência imagética. Imagem é consciência de imagem. A intencionalidade está presente em tudo na teoria sartriana. Ou melhor, “para Sartre, como foi dito, a imagem é uma consciência. Se consciência é um modo como a realidade para-si se relaciona com o mundo, a imaginação é, por isso mesmo, uma determinada maneira com a qual se visa um objeto” (MELLO, 2015, p. 19). Esse filósofo vai considerar a imagem como consciência *de* imagem, porque só há dois tipos de existência: “a existência como coisa do mundo e a existência como consciência” (SARTRE, 2008, p. 108). O problema é que se colocarmos a imagem como fenômeno da consciência, a imagem aparecendo à consciência ou como coisa do mundo, a imagem se torna independente da consciência, como o Em-si existe independente do Para-si, já que, como dito, o Para-si não move ou modifica o Em-si. A imagem se torna coisa do mundo; e tornando-se coisa do mundo, como haveria consciência imagética, como posicionar uma lembrança ou uma imagem? Isso não seria possível, pois a imagem existiria segundo as leis que lhe são próprias e não segundo a lei da consciência. Ou seja, dar à imagem um conteúdo sensível é fazer dela “uma *coisa* que obedece às leis das coisas e não às da consciência: retira-se assim do espírito qualquer possibilidade de distingui-la das outras *coisas* do mundo” (SARTRE, 2008, p.110).

A saída possível é compreender a imagem como consciência, imagem também é imagem *de* alguma coisa. Caso contrário, faríamos da imagem um objeto da consciência, um Em-si, e, assim, não haveria operação dessas imagens nem possibilidade de recordações.

Se um sujeito imagina um centauro ou um elefante voador, esse centauro ou elefante

voador não existe na consciência, é uma invenção, no sentido de que essa invenção é um estado de consciência: invenção é invenção desse elefante voador, por exemplo (SARTRE, 2008). Toda invenção é invenção *de* alguma coisa. “Ao tornar-se uma estrutura intencional, a imagem passa do estado de conteúdo inerte de consciência ao de consciência una e sintética em relação a um objeto transcendente” (SARTRE, 2008, pp. 125-126).

Por isso, também, a imagem não pode ser relacionada à associação ou ao associacionismo. Por exemplo, se, para o psicologismo, só podemos interpretar uma fotografia por associação a uma imagem mental, então, considera-se que a imagem é “resgatada” de uma locação, ou de um inconsciente, dando a ela um sentido de objeto da consciência. Portanto, como a fotografia é um objeto da consciência, e por isso necessita de associação para compreendê-la, tal imagem precisaria de outra imagem também, por associação, para compreendê-la do mesmo modo e, assim, esse mecanismo seguiria sucessivamente “ao infinito”. O que é um absurdo para o filósofo (SARTRE, 2008).

Em razão a todas essas implicações até aqui comentadas, o que fica claro é que toda consciência é intencional, e imagem é também intencional. Sartre respondeu, dentro da obra “A Imaginação”, que não é possível considerar a imagem como “resgatada” de uma espécie de inconsciente. O filósofo conclui que a imagem é uma espécie de consciência, ou seja, “a imagem é um ato e não uma coisa. A imagem é consciência *de* alguma coisa” (SARTRE, 2008, p. 137). Mas o problema persiste: se a imagem é consciência *de* alguma coisa; se, por exemplo, o imaginar de uma maçã é consciência *de* maçã, onde, mesmo assim, se encontrava essa “maçã” que permite a consciência *de* maçã? Não estaria essa maçã sendo objeto da consciência imagética ou consciência imaginante? Poderíamos dizer que não, pois, ao formular a ideia para saber onde se encontra-

va a tal “maçã”, para que seja uma consciência *de* maçã, é realizar uma abstração da consciência imagética, pois a imagem da maçã já é a própria consciência *de* maçã. Não existe uma imagem “maçã”, para depois aparecer a consciência *de* maçã, já que a “maçã” e a consciência surgem ao mesmo tempo, contemporaneamente, já que toda consciência é consciência *de* alguma coisa. Logo, a pergunta que fica, então, é como surge a consciência *de* maçã? Na outra obra do filósofo, “O Imaginário” (1996), vamos tentar encontrar uma resposta para o problema dessa pesquisa.

O IMAGINÁRIO

Na obra “O Imaginário”, Sartre deixa claro que a consciência que ele trata é aquela que se diferencia um pouco da maneira comum. O filósofo não usará o termo “consciência”, aqui, para mencionar um conjunto de estruturas psíquicas. O que ele procura referir como consciência serão as particularidades dessas estruturas e assim falaremos da consciência de imagem ou consciência imaginante, consciência perceptiva etc. (SARTRE, 1996).

Em “O Imaginário”, Sartre procura diferenciar o objeto percebido do objeto imaginado. Na percepção, o sujeito precisa observar o objeto para compreendê-lo e discerni-lo. Por exemplo:

eu não posso saber que é um cubo enquanto não tiver apreendido suas seis faces; posso, no máximo, ver três faces ao mesmo tempo, não mais. É preciso, pois, que eu as apreenda sucessivamente [...] o próprio da percepção é que o objeto só aparece como uma série de perfis, de projeções (SARTRE, 1996, p. 20).

Nessa afirmação, podemos conferir que Sartre vai distinguir a percepção como algo que não é dado de uma vez, é preciso que o objeto da percepção se desvele aos poucos, para que o sujeito saiba do que se trata tal objeto: se é, por exemplo, um cubo, quadrado etc. Já em relação

ao pensamento, ao imaginar um cubo, o sujeito não tem a necessidade de que o objeto apareça como uma série de perfis, de projeções. Na verdade, não é que não haja ou haja a “necessidade” de o objeto ser dado em perfis na imaginação. É que a rigor, na imaginação, isso não é possível. Não é possível dar a volta ao redor de um objeto imaginado para ver seus perfis ocultos – ele não tem perfis ocultos, e isso é o que faz dele aquilo que Sartre chama de “objeto imanente” por oposição aos objetos ditos “transcendentes” (os que são percebidos). “O cubo como imagem se dá imediatamente pelo que ele é [...] Quando digo ‘O objeto cuja a imagem tenho agora é um cubo’, emito um julgamento de evidência: é absolutamente certo que o objeto de minha imagem é um cubo” (SARTRE, 1996, p. 21). Essa é, sem dúvida, segundo Sartre, a diferença mais nítida entre o pensamento e a percepção (SARTRE, 1996).

A imagem não causa nenhuma surpresa no sujeito que a imagina, pois, o saber está sempre ligado à intenção a qual o objeto é isso ou aquilo. Não se compreende no objeto imaginado “nada além daquilo de que tenho consciência; mas, inversamente, tudo que constitui minha consciência encontra o seu correlativo no objeto” (SARTRE, 1996, p. 24).

Não há uma consciência passiva⁷, pois, como dito, não há nenhuma surpresa em relação ao objeto imaginado. Mesmo que o sujeito imagine girar um cubo, nada demais acontecerá senão aquilo que já se sabe. A relação entre a consciência e o objeto imaginado não terá nada de novo, nenhuma defasagem nessa relação consciência e objeto. Ou seja:

o objeto que se move não é vivo, *não precede nunca a intenção*. Mas também não é inerte, passivo, ‘agido’ de fora, como uma marionete: *a consciência não precede jamais o objeto*, a intenção se revela como tal ao mesmo tempo que se realiza, em e por sua realização (SARTRE, 1996, p. 25).

Assim, se o objeto não precede nunca a intenção, a consciência não precede jamais o objeto e há uma revelação ao mesmo tempo em que se realiza, é porque a imagem é uma consciência; imagem é consciência *de* alguma coisa, a imagem é essa relação consciência e objeto imaginado.

Por isso, Sartre inicia, no capítulo “Terceira característica: a consciência imaginante põe seu objeto como um nada”, na obra “O Imaginário”, afirmando que toda consciência é consciência *de* alguma coisa. E, por isso, continua afirmando que a consciência irrefletida visa a objetos heterogêneos à consciência. Aqui, nos parece que entramos em um ponto importante da nossa pesquisa. Sartre afirma que a consciência irrefletida visa a objetos, não somente a consciência reflexiva visa a um objeto. Por exemplo, “a consciência imaginante da árvore visa uma árvore, isto é, um corpo que por natureza é exterior à consciência; ela sai de si mesma, ela se transcende” (SARTRE, 1996, p. 25).

Dessa forma, para que se possa descrever essa consciência, que é a consciência imaginante, é preciso outra consciência: a consciência reflexiva/conhecimento, que torna condição para que a consciência imaginante se volte como um objeto da consciência reflexiva⁸. Mas Sartre salienta que é preciso tomar cuidado, pois toda consciência é consciência plena, senão, entraríamos em uma contradição, como uma espécie de consciência-inconsciente, o que é um absurdo para o filósofo: “Se a consciência imaginante da árvore, por exemplo, não fosse consciência senão a título de objeto da reflexão, resultaria que ela seria, no estado irrefletido, inconsciente de si mesma, o que é uma contradição” (SARTRE, 1996, p. 25). A consciência imaginante é uma consciência irrefletida e, por isso, é uma consciência não-tética de si, ou simplesmente, uma autoconsciência não-tética (SARTRE, 1996).

Sartre, então, descreve a consciência imaginante como uma consciência não tética, que está no campo do irrefletido, mas que nem por

isso é preciso recorrer ao um tipo de inconsciente, como em Ribot, para compreender uma recordação. Sartre afirma que “toda consciência irrefletida, sendo consciência não-tética dela mesma, deixa uma lembrança não-tética que se pode consultar” (SARTRE, 2015, p. 27). Assim, a “lembrança não-tética” pode ser uma imagem que me vem à cabeça.

O que ocorre é que a consciência reflexiva coloca seu objeto e a consciência irrefletida também visa a seu objeto que pode ser posicionado pela consciência reflexiva. Mas, é preciso ser mais preciso aqui: não é somente a distinção entre consciência irrefletida e reflexiva que faz com que cada modo de consciência coloque seu objeto à sua maneira. O que está em análise aqui é a noção de modos de consciência: percepção e imaginação, para Sartre, são modos de consciência distintos precisamente porque cada qual coloca o seu objeto (e lida com ele) de uma maneira distinta. Tanto um quanto o outro podem ser irrefletidos ou podem admitir reflexão. Ou seja, se, como sabido, toda consciência é consciência *de* alguma coisa, “toda consciência coloca seu objeto, mas cada uma à sua maneira. A percepção, por exemplo, coloca seu objeto como existente. A imagem contém, do mesmo modo, um ato de crença ou um ato posicional” (SARTRE, 1996, p. 26).

Esse ponto nos interessa bastante, porque Sartre deixa claro o funcionamento da consciência imaginante e respondendo como se tem uma imagem e, para nossa questão, também uma lembrança sem a necessidade de resgatar algo alocado na psique. A consciência se posiciona sempre, ao invés de existir um resgate de uma imagem no inconsciente, por exemplo. O que ocorre são posicionamentos do objeto imaginado ou da consciência imaginativa. E Sartre aprofunda mais:

toda consciência coloca o seu objeto, mas cada uma à sua maneira. A percepção, por exemplo, coloca seu objeto como existente. A imagem

contém, do mesmo modo, um ato de crença ou um ato posicional. Esse ato pode tomar quatro, e somente quatro formas: pode colocar o objeto como inexistente, ou como ausente, ou como existente em outra parte; pode também “neutralizar-se”, isto é, não colocar seu objeto como existente (essa suspensão da crença continua a ser um ato posicional) (SARTRE, 1996, p. 26).

Dessa forma, podemos concluir que é por isso que se pode imaginar um centauro (inexistente), uma pessoa com que se marcou um encontro, mas que não compareceu ao tal encontro (ausente), um amigo distante (existente em outra parte).

O ato posicional é ainda constitutivo da consciência de imagem. A imagem é uma consciência, é uma relação consciência e objeto, se opondo à ideia de que as imagens habitam a consciência, já que a imagem é a própria consciência, a consciência imaginante. Ou seja, imagem é uma espécie de consciência intencional do objeto. Lembrando-nos ainda que a escolha sartriana dessas lembranças, recordações ou objetos imaginados estão longe de ser uma escolha banal, pois se dá a partir da situação do sujeito no mundo, já que a liberdade, que é escolha e é situada, é uma escolha ontológica dentro do projeto existencial do sujeito (ou pela realidade humana ou pelo *sentido de mundo*) (SARTRE, 2012).

O que já sabemos é que recordar é posicionar um objeto, já que um objeto pode ser posicional ou não-posicional. É necessário também deixar claro que recordar não é imaginar, para Sartre. O filósofo não nega que, ao recordar, a lembrança apareça de vários pontos de vista próximos aos da imagem. Só que “se evoco um acontecimento de minha vida passada, não o imagino, *lembro-me* dele. Ou seja, não o coloco como *dado-ausente*, mas como *dado-presente* no passado” (SARTRE, 1996, p. 236).

O que Sartre quer assegurar é que um acontecimento passado, como um aperto de mão de um amigo, não sofreu, ao se *tornar* passado, uma

modificação de irreabilidade; tal acontecimento não se tornou irreal, como ocorre na imaginação. Esse acontecimento existe como uma coisa *passada*, o que é um modo de existência real entre outros. Existe como uma coisa *passada*, não existe como uma coisa irreal. Até porque foi vivido realmente, só que passou. Se “represento Pierre tal como ele pode estar neste momento (e não tal como estava ontem ao se despedir de mim)” (SARTRE, 1996, p. 237), estaríamos, então, não realizando uma recordação, mas, sim, uma imaginação. Assim, imaginar não é lembrar.

Para continuarmos nos aprofundando na filosofia de Sartre, depois de toda teorização, precisamos também usar um exemplo prático em que a memória, a nostalgia se faz presente e que é questão da nossa pesquisa: o sujeito passa na rua e, de repente, um carro Chevette de 1990, que percorre a Avenida, lhe é condição de uma lembrança do carro Chevette 1990 do seu pai, quando ele era criança ou tinha uma determinada idade juvenil, lembrando-se, ainda, de momentos quando estava lavando o carro do seu pai na calçada, à tarde.

Mas que fenômeno foi esse? Um carro Chevette “fez” o sujeito lembrar-se do carro Chevette do seu pai? Isso não é possível em Sartre, pois o Em-si (carro Chevette) não pode levar/causar, por si, o Para-si (a consciência de lembrança do carro Chevette do pai). Mas, embora seja verdade para Sartre que o Em-si por si mesmo não pode determinar o Para-si a agir (onde agir pode ser simplesmente recordar-se), não há, neste exemplo, a rigor, nenhum “Em-si por si mesmo”. Quando um indivíduo passa na rua e vê um Chevette, o que ele está vendo não é um “Em-si puro”, e sim uma *amalgama* de Em-si e Para-si à qual Sartre denomina *situação*. Como já visto aqui. A situação pode sim (e frequentemente acontece) “levar” o indivíduo à ação. Na realidade, ela é o único contexto possível da ação; não existe ação fora da situação e não

existe situação sem ação, pois não há uma causa e efeito na filosofia sartriana: situação e ação são contemporâneas; ou, trazendo a discussão mais para âmbito do exemplo: não há lembrança “ex nihilo”. Todo ato de recordar é situado.

Não houve associação? Então que fenômeno foi esse? Uma facticidade⁹ (carro Chevette pela rua) “pega de surpresa” e “faz levar” o sujeito para quando era criança, onde ele lavava o carro do seu pai, pois os dois carros são da mesma marca, são semelhantes. Assim, um lhe “fez” lembrar do outro?

O que havia era algo não-posicional (o carro Chevette do seu pai, com toda sua Intencionalidade) que se tornou, agora, posicional, reflexiva ou conhecimento, ao se deparar com uma facticidade ou arredores, que é o carro Chevette passando na Avenida.

Pode-se dizer que o carro Chevette é uma lembrança em razão do projeto existencial de tal sujeito, da sua realidade humana, do seu “mundo” que permitiu essa façanha nadificadora. Se ele estivesse em outro projeto escolhido por ele mesmo, talvez a lembrança do carro Chevette do seu pai não lhe viesse à tona. Se o sujeito escolhesse ontologicamente negar o seu passado, por exemplo, o tal carro poderia passar de modo indiferente ou poderia ter outro sentido para o sujeito, como: querer deixar de andar de ônibus e comprar um carro, ao invés de lembrar-se do que viveu.

Se ele, por exemplo, escolhesse um “mundo” onde não tive saudades do tal passado, essa lembrança do carro do seu pai não ocorreria, não faria parte do seu projeto. Não teria sentido ficar se lembrando do que passou. Na verdade, lembrar ou não do carro do seu pai nem seria uma cogitação, a questão não seria colocada.

Em resumo, se o projeto existencial do sujeito fosse uma ânsia para o futuro, “esquecendo” o passado, e obtendo um desejo enorme de pensar no futuro, algo como fazer uma pós-graduação em São Paulo, na Europa, por exemplo: se seu

foco não fosse a saudade, mas, sim, a expectativa, o futuro, o tal Chevette passaria por ele de forma despercebida, ou, então, indiferente; não poderia se falar de lembranças, pois não haveria condição criada por ele próprio para tal. A possibilidade de tal lembrança não seria colocada.

A conclusão desse exemplo, pelo viés sartriano, é que jamais o tal Chevette lhe atingiu nem lhe fez lembrar do passado; ao contrário, é a sua escolha, é dentro desse projeto escolhido, que nadificou o Chevette rumo ao seu momento passado, posicionando um *dado-presente* no passado. Antes de tudo, foi ao escolher um mundo, que ele escolheu que o Chevette fosse uma lembrança. Mas, aqui é preciso sempre salientar o rigor das afirmações: como já sabido, de fato, não foi o Chevette por si só que causou a lembrança, contudo também não foi a liberdade por si só. Na situação não existe nem o Em-si por si só, nem o Para-si por si só, o que existe é uma confluência dos dois domínios.

Isso, até aqui, é só um exemplo para tentar proferir que a lembrança só foi possível por causa de uma intencionalidade.

Dando continuidade às outras questões que indaga a filosofia sartriana a respeito da lembrança, é preciso analisar ainda o assunto da “regra mnemônica”. Ao inventar regras mnemônicas, neurocientistas dizem que é uma técnica milenar usada por muitos estudantes para decorar informações escolares de maior complexidade, como a tabela periódica, fórmulas de física, datas históricas, dentre outras coisas. Segundo pesquisadores, associa-se uma informação difícil de ser memorizada a algo de maior facilidade, que tenha mais a ver com o sujeito, seja mais familiar para ele. Uma boa regra mnemônica pode carregar uma informação por uma vida inteira. Essas regrinhas podem ser usadas com todo o tipo de informação, durante o dia a dia, facilitando o processo de “evocação”, segundo o conceito mnemônico (BOCCHI; VIANA, 2012).

Aqui é preciso entender que a consciência continua ativa mesmo assim, pois essa suposta associação, dita pelos neurocientistas, só é possível dentro de uma realidade humana também, já que, como dito pelo cientista, associa-se uma informação difícil de ser memorizada a algo de maior facilidade, que tenha mais a ver com o sujeito, seja mais familiar para ele.

Então a questão é: o que tem mais a ver com o sujeito, o que é mais familiar para ele, para que se possa supostamente associar? A resposta está no projeto existencial que se escolheu. Se ele faz a suposta associação com algo que tem mais a ver com ele mesmo, ou que seja mais familiar, está usando, de fato, a intencionalidade, pois só por meio da intencionalidade, só depois de ter escolhido um projeto, uma realidade humana, é que o sujeito irá dizer o que tem mais a ver com ele mesmo, o que lhe é mais familiar. Isso só é possível por meio de sua experiência de vida, pois é *no e para* o projeto existencial que as coisas fazem sentido, logo, para que algo tenha a ver consigo mesmo, deve ter tido antes uma escolha de mundo.

A ideia de associação é, na verdade, uma nadificação sartriana dentro de um projeto já escolhido. Dentro uma realidade humana já escolhida é que o sujeito poder nadificar algo de maior familiaridade à informação difícil de ser memorizada, ou melhor: de ser posicionada. Não há associação.

Por fim, o caso da maçã. Ao indicar ao sujeito algo redondo e vermelho para “fazê-lo lembrar” de uma maçã, essa suposta associação só é possível se o sujeito escolheu um mundo onde “redondo” e “vermelho” pode remeter à maçã, caso contrário, algo redondo e vermelho não faria sentido algum. Então, ainda, se o sujeito pôde se lembrar da maçã na mesa do jantar de ontem, por causa da pista dada de algo como redondo e vermelho, é porque existiu uma escolha de mundo antes, onde a tal maçã, naquela mesa, naquele dia de ontem, foi possí-

vel acontecer, foi um fato vivido, e, assim, a tal suposta associação do “redondo” e “vermelho” com a maçã só foi possível pela escolha ontológica anterior também¹⁰.

Portanto, como dito de outra forma, se, ao fazer uma escolha, escolhe-se a si mesmo e ao mundo, não houve, então, associação, mas uma intencionalidade, um sentido ou uma nadificação de algo redondo e vermelho à lembrança da maçã de ontem, por exemplo. Correndo ainda o risco, mesmo assim, de a pessoa não se lembrar da maçã, pois algo redondo e vermelho pode se “remeter” a outra coisa no mundo daquele sujeito, dependendo do contexto em que ele se encontra. Salientando que o contexto foi escolhido por ele também ao escolher um mundo onde tal contextualização é possível.

Percebe-se que em todos os exemplos há uma escolha “anterior”. Até a suposta associação foi uma escolha. Na verdade, a associação aqui é, de fato, uma nadificação, numa intencionalidade, mantendo sempre a consciência ativa, mostrando que o Em-si não pode levar/causar, por si, o Para-si.

CONCLUSÃO

É possível, então, falar de memória, recordações em Sartre? A resposta é sim, porém, é preciso entender que a filosofia sartriana exige que o vínculo com o passado não se resuma ao que é lembrado ou foi percebido, mas, antes, a todo o passado do Para-si. Ou seja, “para tanto, o passado do para-si não pode ser apenas memória. Diferentemente de Bergson, a filosofia sartriana exige que a solidariedade com o passado não se resuma ao que é lembrado ou foi percebido, mas, antes, a *todo* o passado do para-si” (SILVA, 2008, p. 240). É no plano da consciência irrefletida que o passado surge ao Para-si, porém não é também inconsciente. Até porque há a escolha ontológica, como mencionado, e só se escolhe se é consciente. A lembrança ou a

recordação pode vir *à tona* sem a necessidade do inconsciente, já que, como conclui Sartre, “é a consciência não-reflexiva que torna possível a reflexão: existe um cogito pré-reflexivo [irrefletido] que é condição do cogito cartesiano”¹¹.

Assim, a dúvida que sempre se levanta a respeito dos exemplos dados até aqui, como no caso do carro Chevette ou da maçã, é se as tais ações foram inconscientes ou conscientes, mas isso é devido à falsa sensação de que o sujeito, ao refletir sobre tais ações, toma consciência do que antes parecia estar inconsciente. Entretanto, de fato, não estava inconsciente, e sim em consciência irrefletida, segundo Sartre, o que não deixa de ser consciência, mesmo sendo irrefletida, tanto é que é através dela é que se permite refletir sobre uma ação passada: lembranças ou recordações; se fosse algo inconsciente não teria condições de lembrar o que se estava fazendo e nem refletir sobre o feito (RODRIGUES, 2007). O inconsciente continua sendo questionado:

de fato, a consciência ‘viria’ de onde, se pudesse ‘vir’ de alguma coisa? Dos limbos do inconsciente ou do fisiológico. Mas, se perguntarmos como esses limbos do inconsciente podem existir por sua vez, e de onde tiram sua existência, voltaremos ao conceito de existência passiva, ou seja, não poderemos compreender de modo algum como tais dados não-conscientes, que não extraem sua existência de si, podem, não obstante, perpetuá-la, e ainda encontrar força para produzir uma consciência. (SARTRE, 2012 p. 16).

Mais uma vez Sartre questiona o inconsciente. Se perguntasse como o inconsciente pode existir, por sua vez, de onde tirariam sua existência? O inconsciente, como qualquer fenômeno, só pode existir como consequência fática da sua relação com o consciente (intencionalidade) e é acessível através do fenômeno, das aparições. Ou seja, se a consciência só existe graças a sua relação com o objeto (toda consciência é consciência de alguma coisa), como se pode existir o objeto

antes da consciência e ainda produzi-la? Como o inconsciente pode existir, se para isso ele tem que ser fenômeno (objeto) da consciência? Assim cairíamos em uma contradição: um consciente que é inconsciente. Mais uma vez, aqui, a concepção husserliana de consciência, sendo esta definida como consciência de alguma coisa, é o ponto de partida para Sartre questionar o inconsciente (SARTRE, 2012). Então, questionando a própria premissa, é que a rejeição da noção de inconsciente é possível, segundo Sartre, utilizando, assim, a teoria a consciência irrefletida como outra proposta explicativa da existência humana a respeito da memória.

Além do que se poderia nomear aquele passado psicológico, o passado é aquilo que o Para-si foi e deve continuar sendo na maneira do “era” (SARTRE, 2012). O que ocorre é que não é só a consciência reflexiva que coloca seu objeto, que é intencional; a consciência irrefletida também é intencional e coloca seu objeto. Toda consciência é consciência *de* alguma coisa. Ou seja, toda consciência coloca seu objeto, mas cada uma à sua maneira. A percepção, por exemplo, coloca seu objeto como existente. A imagem, que é também uma das *formas* da consciência, contém, do mesmo modo, um ato de crença ou um ato posicional (SARTRE, 1996).

Assim, do mesmo modo, contrariando Bergson e certos psicólogos de sua época, Sartre afirma que o passado não necessita ser posicionado pela consciência reflexiva para ser passado, pois o passado é o que é como consciência irrefletida e não necessariamente como consciência reflexiva ou conhecimento, até por que a consciência pode estar além daquilo que lhe é dado *presentemente*. A consciência, então, quando se faz conhecimento, se posiciona sempre como *consciência-lembrança-de...* ao invés de existir um resgate de uma imagem no inconsciente, por exemplo. Como entendido, a consciência irrefletida não é também inconsciente. Para Sartre não faz sentido um inconsciente ou uma

locação de imagens como arquivos/gavetas na psique. O que ocorre são posicionamentos do objeto imaginado; posicionamento da consciência imaginativa em uma *situação*.

E pela consciência imaginativa, Sartre vai distinguir a percepção como algo que não é dado de uma vez, é preciso que o objeto da percepção se desvele aos poucos, para que o sujeito saiba do que se trata tal objeto, se é, por exemplo, um cubo, quadrado etc. Já em relação ao pensamento, ao imaginar um cubo, o sujeito não precisa que o objeto apareça como uma série de perfis, de projeções. O cubo como imagem se dá imediatamente pelo que ele é. Mas Sartre deixa claro ainda que se o sujeito evoca um acontecimento de sua vida passada, não a imagina, *lembra-se* dele. Ou seja, não o coloca como *dado-ausente*, mas como *dado-presente* no passado. Isso faz com que a consciência seja capaz de alcançar e se relacionar com a lembrança sem a possibilidade de confusão com o presente ou com a percepção. “O passado faz parte do campo da presença do para-si; por isso, a relação com o passado deve ser ontológica” (SILVA, 2008, p. 240).

O que já sabemos é que recordar é posicionar um objeto como conhecimento, um objeto pode ser posicional ou não-posicional na consciência reflexiva, e, assim, a nadificação se faz presente em detrimento do associacionismo. A ideia de associação é, na verdade, uma nadificação

sartriana dentro de um projeto existencial já escolhido. Dentro uma realidade humana já escolhida é que o sujeito pode nadificar ou transcender algo para outro algo que chamamos de lembrança. É *no e para* o projeto existencial que as coisas fazem sentido, logo, para que algo tenha a ver consigo mesmo, deve ter tido, *antes*, uma escolha de mundo. O carro Chevette, por exemplo, só tem a ver com o sujeito ou é uma lembrança dele, porque ele escolheu um mundo onde o Chevette pode ter esse sentido. Portanto, “não encontro nas coisas senão aquilo que nelas coloquei” (SARTRE, 2012, p. 322).

Enfim, por isso, compete-nos citar que “toda consciência irrefletida, sendo não-tética dela mesma, deixa uma lembrança não-tética que se pode consultar” (SARTRE, 2015, p. 27). Por essa lembrança que permitirá compreender a partir de um ato reflexivo como a lembrança não-tética se coloca como conhecimento. Mostramos que a consciência pode recordar uma situação passada durante um momento em que era consciência irrefletida ao ser posicionada na consciência reflexiva como objeto, contudo, a recordação realizou-se sem que Sartre precisasse recorrer ao conceito substancialista de memória, ou a alguma ideia de inconsciente como em Ribot, que seria uma memória como uma espécie de “gaveta” na psique, na qual os objetos supostamente seriam resgatados.

■ ConTextura

NOTAS

1. Graduando em Psicologia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF). Integrante da equipe do projeto de pesquisa “Sartre e as fronteiras da escolha”, do Grupo de Estudos em Filosofia Francesa Contemporânea (GESTUFFRANCO), financiado pelo CNPq / UEFS. E-mail: marcelovmb@gmail.com
2. Orientador. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).
3. “É notório o uso desmedido que Sartre faz do termo ‘psíquico’, tendo em vista a crítica à terminologia psicológica e psicanalítica empreendida em outras obras, para se referir às sínteses da consciência

[...] em muitas outras passagens de *O Imaginário*. De fato, em *L'être et le Néant [O Ser e O Nada]* o termo só aparece quando se trata, precisamente, de criticar o uso desta terminologia (psicanalítica) na descrição da consciência. Trata-se, portanto, de uma 'evolução', expressa no rigor técnico das descrições de Sartre" (RODRIGUES, 2007, p. 118).

4. "*Facticidade* (condições factuais, como ter nascido em tal ou tal lugar, ter esses pais, ser um burguês, ser de Oxford) *versus Transcendência* (ir além das condições factuais em direção a *valores*, isto é, querer distanciar-se do lugar de nascimento ou dos pais, abraçando ou rejeitando o individualismo burguês) [...] Os valores através dos quais transcendemos esse 'aí' onde somos lançados são centrais para a 'essência' de um ser humano, aquela essência que, de acordo com o dogma definidor do existencialismo sartriano, é posterior à existência, e cuja escolha é a escolha de seu projeto fundamental" (MORRIS, 2008, p. 105).
5. O "que Sartre pode afirmar o que ele chama de 'translucidez' da consciência, é a característica desta de existir como consciente de si" (RODRIGUES, 2007, p. 15). Essa translucidez da consciência é o que permite a ela fazer-se responsável por seus atos, pela construção dos valores e das verdades, pois ela é consciente de suas ações.
6. A consciência humana é peculiar, por isso é conceituada como Para-si. É o Para-si que faz as relações temporais e funcionais entre os seres do mundo (Em-si) e, ao fazer isso, constrói um sentido para o mundo em que vive, que é melhor entendido como o projeto existencial. O ser humano, então, é o Para-si, que a rigor é o Nada, pois a consciência não tem conteúdo, não é coisa alguma. O sujeito reconhece-se, então, como não-ser em busca de ser. Mas esse Nada é justamente a liberdade fundamental do Para-si, que, movendo-se através das possibilidades, poderá "criar-lhe conteúdo" (SARTRE, 2012).
7. Apesar da possibilidade da argumentação de que para Sartre a percepção é um modo de consciência essencialmente passivo, por oposição à imaginação que é essencialmente ativo, é notório a mudança significativa que percebemos entre *O Imaginário* e *O Ser e O Nada*, quando se trata da "concepção de 'consciência perceptiva' a qual, na primeira obra, 'aparece como passividade' (1996, p.28), ao passo que, na segunda obra, Sartre (1943, p. 26) afirma: 'Que parte da passividade pode ser destinada à percepção, ao conhecimento? Ambos são pura atividade, pura espontaneidade.' Registrem-se, pois, as disparidades e também o fato de que, se estamos aqui a reunir as reflexões das duas obras, optamos por manter como referência básica *O Ser e O Nada*" (RODRIGUES, 2007, p. 118).
8. O conhecimento estaria na ordem da consciência reflexiva e não da consciência irrefletida, ou seja, Sartre, grosso modo, distingue a consciência do conhecimento, sendo mais preciso: a consciência reflexiva é aquela que o sujeito conhece, sabe ou reflete sobre algo; já a consciência irrefletida se trata de algo que antecede a reflexão propriamente dita, portanto, a consciência irrefletida é uma espécie de "conhecimento" não tematizado (SARTRE, 2012).
9. Facticidade é também a característica de ser um fato. É o nome que filósofos, como Heidegger e Sartre, dão àquele aspecto da existência humana que é definido pelas situações em que nos encontramos. A facticidade inclui todas aquelas minúcias fatuais acerca das quais não se tem nenhum controle. É o caso da data do nosso nascimento, os nossos pais, ou o país em que nascemos. Ou o caso de todos termos de morrer um dia. Para Heidegger e Sartre, a facticidade é muito importante, porque constitui a base necessária de todas as nossas ações. Apenas somos livres em situação. A nossa liberdade de ação, a nossa capacidade de transcender às nossas circunstâncias sempre o foi contra um contexto de facticidade. Segundo Heidegger, é só na facticidade da sociedade, em termos de uma identidade e um sistema de valores, que nós próprios escolhemos, que exercemos a "decisão" pessoal que define a nossa existência (MAUTNER, 2010).

10. Ao dizermos “escolheu um mundo” ou “escolha de mundo”, estamos nos referindo à escolha ontológica do sujeito, a escolha ou a liberdade sartriana, o seu projeto existencial, de acordo com a filosofia de Sartre, como bem já mencionamos anteriormente neste texto.
11. “c'est la conscience non-réflexive qui rend la réflexion possible: il y a un cogito pré-réflexif qui est la condition du cogito car

REFERÊNCIAS

- BOCCHI, J. C; VIANA, B. V. **Freud, as neurociências e uma teoria da memória**. Psicol. USP vol.23 n.3, São Paulo, 2012.
- MORRIS, K. J. **Sartre**. Edição: 1ª, Porto Alegre: Editora ARTMED, 2008.
- MAUTNER, T. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Edição 70, 2010.
- MELLO, P, D. **A reflexão sobre a imagem e sua relação com a obra de arte no pensamento de Jean-Paul Sartre**. Faculdade Católica de Pouso Alegre. Revista Theoria. vol. 7, n. 18, Pouso Alegre, 2015.
- RODRIGUES, G. M. **Consciência e a má-fé no Jovem Sartre: A trajetória dos conceitos**. [Dissertação]. UNESP, Marília-SP, 2007.
- SILVA, D, L. **Tempo e temporalidade na filosofia de Sartre**. Princípios Natal, v. 15, n. 24, jul./dez. p.225-248, 2008.
- SARTRE, Jean-Paul. **A Imaginação**. Edição 6, Porto Alegre: L&PM, 2008.
- _____. **A transcendência do Ego: Esboço de uma descrição fenomenológica**. Edição 2, Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- _____. **O Imaginário**. Volume 46, São Paulo: Ática, 1996.
- _____. **O Ser e O Nada: Ensaio De Ontologia Fenomenológica**. Edição 21, Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- _____. **L'être et l'être Néant**. Paris: Gallimard, 1943.